

Educação Financeira nas escolas: um estudo sobre as ações implementadas no município de Maringá-Pr.

Carlos Alberto Soares Junior (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Vilma Meurer Sela (Orientadora), e-mail: vmsela@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá/Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Maringá, PR.

Administração/Administração Pública

Palavras-chave: Administração Pública, Educação Financeira, Desenvolvimento Socioeconômico.

Resumo: O presente estudo teve como objetivo analisar as ações que foram realizadas na microrregião de Maringá para a implementação da disciplina de educação financeira nas escolas. A pesquisa se caracteriza como um estudo descritivo-qualitativo, com a coleta de dados realizada por meio de pesquisa documental a partir de ofícios e decretos que regulamentam a implementação da disciplina, além de entrevistas semiestruturadas com professores que lecionam a disciplina de educação financeira. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa apontam que, embora tenham ocorrido alguns aspectos que divergem da proposta em sua legislação, a implementação da disciplina está sendo bem sucedida, sendo possível observar resultados positivos para os alunos e seus familiares.

Introdução

O Núcleo regional de educação de Maringá recentemente recebeu em fevereiro de 2021 um programa de uma nova disciplina chamada “Educação Financeira”, esta disciplina foi direcionada aos três anos que contemplam o ensino médio, possui carga horária de 32 aulas trimestrais. O Objetivo da SEED (Secretaria de Estado da Educação e do Esporte) com esta disciplina é promover conhecimentos financeiros aos alunos acerca do funcionamento do dinheiro.

O dinheiro faz parte da vida de todos os indivíduos da sociedade, é através dele que as pessoas podem realizar operações financeiras de comercialização de produtos e serviços (JACOB et al, 2000). Uma vez que o dinheiro transacional é parte fundamental para a vida em sociedade, a educação financeira auxilia os indivíduos a fazer escolhas ponderadas e conscientes. Savoia, Saito e Santana (2007) observaram que os indivíduos que possuem maior competência financeira são mais integrados à vida social, além de possuírem mais qualidade de vida.

Neste mesmo contexto, Sela (2017) afirmou que a educação financeira é a responsável por conduzir crianças e uma vida adulta equilibrada, tendo alinhamento entre os seus desejos e necessidades de longo prazo, além de estimular o hábito de cuidar, poupar e investir seu dinheiro desde a infância. O Processo de implantação da educação financeira nas escolas do Paraná é regulamentado pelo ofício circular nº 015/2021 DEDUC/SEED e tem como proposta fomentar e aproximar os alunos de ensino médio de temas acerca de finanças pessoais e administrativa. Os objetivos da disciplina não propõem estimular o acúmulo de riqueza, mas sim fomentar uma aproximação dos conceitos de qualidade de vida e desenvolvimento social. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo analisar as ações realizadas na microrregião de Maringá para a implementação da disciplina de educação financeira nas escolas.

Materiais e métodos

A pesquisa é caracterizada como um estudo descritivo e qualitativo, com a coleta de dados realizada por meio de pesquisa documental a partir de ofícios e decretos que regulamentam a implementação da disciplina. Além disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os professores que lecionaram a disciplina de educação financeira no último semestre. As entrevistas foram realizadas de forma online, via google meet, no mês de julho de 2021. As entrevistas serviram para validar se os aspectos da proposta se concretizaram, bem como coletar relatos que sirvam como parâmetro para identificar os resultados com a implementação da disciplina. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo.

Resultados e Discussão

Tendo em vista que a disciplina de educação financeira tem como objetivo principal promover aos alunos um estudo aprofundado sobre princípios fundamentais da administração de recursos e visto que o mesmo é regulamentado pelas diretrizes do Decreto Federal nº 10.393 e pelo Ofício Circular nº015/2021- DEDUC/SEED, a discussão proposta neste trabalho é verificar como se deu a sua implementação, apontando as dificuldades e benefícios da disciplina aos professores e alunos.

As discussões se pautaram em três pontos principais: a ementa da disciplina, os materiais didáticos propostos para uso e a participação dos alunos na disciplina, verificando se os resultados nas relações sociais desses indivíduos foram positivos.

Observou-se, a partir da coleta de dados documentais, que a disciplina de educação financeira segue como diretriz de escolha de discente, prioritariamente para professores de matemática e após isso deveria seguir a seguinte ordem hierárquica: (I) Maior tempo de serviço no Estado do Paraná, no cargo efetivo, na Linha Funcional objeto da atribuição de aulas; (II) Maior Nível e Classe; e (III) O mais idoso.

Apesar do direcionamento das leis terem previsto essa hierarquia, foi observado a partir das entrevistas semiestruturadas que os professores QPM (Quadro Próprio do Magistério) não adicionaram essa disciplina à sua carga horária. Esse movimento acarretou no fato dessa disciplina ser encaixada na grade de professores PSS (Processo Seletivo Simplificado).

Através das entrevistas verificou-se que no momento de distribuição de aulas, as escolas e os professores não tinham acesso ao conteúdo da disciplina, a ementa da mesma foi integrada a disciplina após o início das aulas, isso pode ter contribuído para que os professores QPM escolhessem não lecionar essa disciplina.

A Ementa da disciplina segundo o Ofício nº 015/2021 prevê que o conteúdo deve ser aplicado na seguinte ordem: Nossa relação com o dinheiro; Reorganizando a vida financeira - endividamento; Uso do crédito; Aprendendo a poupar e investir; Emprego; Empreendedorismo; Sociedade e consumo. O ponto de destaque neste conteúdo programático é a aplicação dos mesmos tópicos para os três anos diferentes, o que divide a opinião dos discentes sobre aplicabilidade de conteúdo. Alguns professores entrevistados relatam se distanciar do conteúdo programático em alguns momentos por entender que somente esses tópicos são insuficientes ou que os alunos necessitam de uma maior base teórica para prosseguirem com a ementa.

Há consenso entre os entrevistados de que a participação dos alunos nessa disciplina tem sido muito superior em comparação à disciplina de matemática, os mesmos afirmam que, com a disciplina de educação financeira, os alunos estão mais engajados com a participação nas aulas e que já é possível verificar um impacto também na família dos mesmos.

Segundo a Entrevistada 05, durante o semestre 100% em ensino remoto, haviam duas mães que acompanhavam todas as aulas da disciplina de educação financeira. Segundo ela, as mães não possuem esse comportamento em mais nenhuma disciplina. Já a Entrevistada 04 relata o caso de um pai que ouvia as aulas junto com o filho durante o trabalho, segundo a professora este pai deu o seguinte feedback sobre uma aula sobre impostos, “Nossa eu fui aprender isso, alguma coisa sobre isso depois de velho, e eu parei o meu serviço para assistir a sua aula”.

Conclusões

O principal objetivo deste estudo foi compreender o processo de implementação da educação financeira no ensino médio das escolas públicas incluídas no Núcleo Regional de Maringá. Esta pesquisa possibilitou observar as dificuldades e benefícios da aplicação desta disciplina na grade curricular. Observou-se que as principais dificuldades da aplicação da disciplina gira em torno da ementa, da falta de treinamento prévio aos professores e divergência entre os materiais didáticos propostos. Por sua vez, os pontos positivos são o engajamento dos alunos com a disciplina, a

participação das famílias em sala de aula e o estímulo efetivo do ensino dos conteúdos de educação financeira.

Pode-se concluir que a implementação da disciplina está sendo bem sucedida, porém, ocorreram alguns aspectos que divergem da proposta em sua legislação. Todavia, devido à sua importância na formação dos alunos, relevância socioeconômica e principalmente ao engajamento dos alunos, familiares e professores, a disciplina dirige-se positivamente para alcançar os objetivos propostos, o que minimiza o impacto das divergências protocolares.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Luiza Berto, que me antecedeu na participação do projeto e me concedeu a oportunidade de participar do mesmo e à orientadora Vilma Meurer Sela pelas lições, ensinamentos e profissionalismo. Gostaria de estender meu agradecimento ao CNPq e à Universidade Estadual de Maringá por transformar tantas vidas. Obrigado!

Referências

Brasil. Presidência da República. **Decreto Nº 10.393**. Brasília, DF. Presidência da República, 09 jun.2020.

JACOB, Katy et al. **Tools for survival: An analysis of financial literacy programs for low income families**. Chicago: Woodstok Institute, Jan/2000.

Paraná. Secretaria de estado da educação e do esporte. **Ofício circular nº 015/2021 - DEDUC/SEED**, Curitiba, PR. Secretaria de estado da educação e do esporte, 17 fev. 2021.

SAVÓIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1.121-1.141, nov./dez. 2007.

SELA, Vilma Meurer. **A atuação dos atores no processo de formação da agenda de inclusão financeira no Brasil**. 2017. 228 f. Tese (Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2017.